

COSMOVISÃO INDÍGENA E A RELAÇÃO ÉTICA COM O AMBIENTE: PACHA MAMA, BEM VIVER E O ECOCENTRISMO

*INDIGENOUS COSMOVISION AND THE ETHICAL RELATIONSHIP WITH THE
ENVIRONMENT: PACHA MAMA, BUEN VIVIR AND ECOCENTRISM*

Thiago dos Santos da Silva¹
UNIJUÍ

RESUMO

A América Latina é um espaço de pluralidades e miscigenação, isso permite que vários projetos distintos de vivências sobrevivam de forma coletiva e conjuntamente, sem maiores processos de tentativa de apagamento do outro, salvo exceções. O presente artigo objetiva tratar de uma dessas vivências coletivas, oferecida no trabalho como alternativa ao modelo eurocêntrico, imposto pela colonização, e mantido durante séculos, de *modus vivendi*. O objetivo principal desse texto é propor a *ecosofia* do Bem Viver, calcada na cosmovisão indígena dos povos originários ameríndios, como possibilidade ao modelo de Bem-Estar europeu ou, mesmo, ao American Way of Life estadunidense, propondo uma guinada em direção ao ecocentrismo, como superação do capitalismo de acumulação. O problema da pesquisa reside, justamente, na necessidade e superação do capitalismo extrativista, sendo proposto, como hipótese, posteriormente confirmada, o Bem Viver dos povos originários como alternativa. O método escolhido, por conseguinte, foi o hipotético-dedutivo, utilizando a pesquisa bibliográfica como ferramenta, sendo que o trabalho foi dividido em três capítulos, permitindo uma melhor compreensão do tema e do problema de pesquisa. A conclusão do trabalho é a de que a proposta *ecosófica* do Bem Viver, dos povos ameríndios, se apresenta como alternativa ao modelo social, econômico e jurídico eurocêntrico. É necessário suplantarmos o capitalismo extrativista de acumulação, direcionando a sociedade latino-americana ao ecocentrismo como modelo e ao Bem Viver como ferramenta.

Palavras-chave: Bem Viver. Cosmovisão Indígena. Ecocentrismo. Eurocentrismo. Pacha Mama.

ABSTRACT

Latin America is a space of pluralities and miscegenation, allowing different projects of experiences to survive collectively and jointly, without major attempts to erase the other, with exceptions. This paper deals with one of these collective experiences, seen as an alternative to the Eurocentric model, imposed by colonization and maintained for centuries, of *modus vivendi*. The main objective of this text is to propose the *ecosophy* of *Buen Vivir*, based on the indigenous cosmovision of the Amerindian peoples, as a possibility for the European model of Welfare or the American American Way of Life, proposing a shift towards ecocentrism, as overcoming accumulation capitalism. with the hypothesis, later confirmed, of the *Buen Vivir* of the native peoples as an alternative. The chosen method was the hypothetical-deductive one, using bibliographical research as a tool, and the work was divided into three chapters, allowing a better understanding of the theme and the research problem. The conclusion of the work is that the *ecosophical* proposal of Good Living, of the Amerindian peoples, presents itself as an alternative to the Eurocentric social, economic and legal model. It is necessary to overcome the extractive capitalism of accumulation, directing Latin American society to ecocentrism as a model and to Good Living as a tool.

Keywords: *Buen Vivir*. Indigenous cosmovision. Ecocentrism. Eurocentrism. Pacha Mama.

¹ Doutor em Direito.



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo do presente artigo passa pela análise do processo, muito próprio da América Latina, de recuperação de noções locais e afirmação de uma cultura originária, bem como da mestiçagem latino-americana, responsável pela matização de diferentes manifestações de culturas e identidades, que procuram reforçar uma produção de sentido decolonial, que não nega a tecnologia e os avanços da modernidade eurocêntrica, mas se assenta na interculturalidade própria, sem que isso signifique um fechamento solipsista.

O artigo usa o método hipotético-dedutivo, sob o problema da necessidade de superação do capitalismo desenvolvimentista e da acumulação desmedida de capital, especialmente baseada no extrativismo, estabelecendo como hipótese a proposta do Bem Viver e sua implementação, em níveis locais, permitindo, posteriormente, uma guinada geral da sociedade em direção ao ecocentrismo e a uma relação ética com o meio ambiente.

Para atingir seu objetivo, o primeiro capítulo foca na formação da América Latina, tentando indicar ao leitor que a visão eurocêntrica desse espaço pode, e precisa, ser superada, permitindo, assim, um avanço político, social, econômico e, mesmo, epistemológico. A América Latina é tratada como a comunidade que vem, em um jogo de palavras com a obra homônima, de Giorgio Agamben, no sentido de indicá-la como espaço capaz de oferecer respostas aos anseios da humanidade, tanto do ponto de vista ambiental, quanto da relação de decolonialidade, em um caminho de interação democrática de cosmovisões. Discute-se, portanto, a clara necessidade de direcionamento das políticas sociais em direção ao ecocentrismo, como proposta de sociabilidade.

A noção de Bem Viver é o foco principal do terceiro e último capítulo, em razão da vanguarda dessa alternativa ao simples desenvolvimento como crescimento econômico, especialmente a partir dos trabalhos do economista equatoriano Alberto Acosta. Para tanto, um apanhado sobre a relação intrínseca que os povos originários têm com a Mãe-terra é abordada, demonstrando que todos somos natureza, o que nos leva a compreender que os sujeitos não são senhores da Terra, mas existem nela, tendo, portanto, sua sobrevivência atrelada ao meio ambiente.



2. A AMÉRICA LATINA COMO “COMUNIDADE QUE VEM”

A América-latina traz em sua denominação os resquícios do colonialismo eurocêntrico do final do Século XV. O epíteto *latina*, que descreve a América não-anglófona, se relaciona com os países da Europa com idiomas descendentes do latim, especialmente Portugal e Espanha, responsáveis pelo “descobrimento” do Novo Mundo, e, depois, de sua colonização.

Se no primeiro momento a colonização era de ordem política – e a finalidade era de exploração econômica – mesmo depois dos processos de independentistas na América Latina, que ocorreram entre a década de 1820 e o início do Século XX, a situação de colônia econômica foi mantida.

A dependência econômica e tecnológica da América Latina em relação à Europa, depois, a partir do Século XX, dos Estados Unidos e, mais recentemente, China, fica demonstrada pelo apelo latino-americano aos produtos primários, as chamadas *commodities*, ou seja, produtos com baixo, ou nenhum, valor agregado, que servem de matérias-primas para a processos industriais.

Porém, os processos industriais não são realizados na América Latina, mas em países considerados desenvolvidos, que, depois de otimizar e agregar valor aos produtos primários, os devolvem à América Latina, por um valor muito acima do que receberam anteriormente.

De forma superficial, que será desenvolvida na sequência, a condição de “países em desenvolvimento” da América Latina é vinculada à colonização, que não permitiu uma construção local de processos de industrialização, relegando os latinos a uma industrialização tardia, já que a ocorrida na Europa foi patrocinada pelas benesses retiradas da América.

Além disso, os países americanos ficaram adstritos a produtores e vendedores de produtos frutos do extrativismo, o que reduz sua capacidade de autofinanciamento, já que, com frequência, são obrigados a aumentar exponencialmente a produção extrativista, visto que seu ganho somente se dá em escala, justamente pela ausência de valor agregado.

Todavia, não é somente na questão econômica que reside, ainda, a colonização latino-americana. Juntamente com os processos de exploração econômica,



houve, e segue existindo, um processo onde o imaginário da população local se mantém povoado pelo eurocentrismo e pelo *american way of life* estadunidense.

Isso se dá porque a característica da população latino-americana, de maneira geral, é a miscigenação. Quando da colonização europeia, não houve preocupação em respeitar os povos originários que residiam na América, sendo que aqueles que não foram dizimados, acabaram marginalizados ou catequizados. Some-se aí a exploração dos africanos como escravos, trazidos à força para esse lado do Atlântico, bem como a imigração no final do Século XIX e início do Século XX, que estabeleceram a América Latina como caldeirão efervescente de multiplicidades culturais.

Se por um lado, essa miscigenação permite toda uma construção de tolerância e é frutífera do ponto de vista cultural, pela possibilidade de estabelecimento de uma série de pontes interculturais. De outro, permitiu que o *modus de vida* eurocêntrico e estadunidense fosse imposto na América Latina, de forma subliminar, em razão da pouca relação de identidade e pertencimento que os sujeitos latino-americanos demonstravam, e ainda demonstram.

Seja do ponto de vista político, seja jurídico, ou, ainda, no âmbito social, a América Latina tentou emular o padrão europeu e/ou americano, em detrimento de uma construção local de sentidos. Isso pode ser entendido como um sintoma de uma colonização que já não é somente física, mas, também, imaterial – praticamente espiritual – que é a “colonização do imaginário”.

Muito dessa colonização do imaginário se deu pelas políticas implantadas no Segundo Pós-guerra, já que praticamente todos os países latino-americanos viveram sob ditaduras entre o final da Segunda Guerra Mundial e o encerramento da Guerra Fria. Sejam alinhados à Washington ou Moscou, os governos locais exacerbaram a colonização latino-americana, especialmente econômica e cultural, em relação ao continente europeu e aos Estados Unidos.

Esses governos ratificaram a América como lugar de produção primária, baseando políticas desenvolvimentistas no extrativismo de minerais e petróleo, bem como na agricultura de monocultura. Assim, os governos antidemocráticos instalados, independentemente de qual aproximação global possuíam, ficaram calcados em contrair dívida externa para financiar projetos internos de desenvolvimento, porém, baseado em uma industrialização precária, já que o foco era a exploração de commodities.



A partir de meados da década de 1970, com ênfase na década de 1980, entretanto, a insatisfação popular com os governos autoritários, pela razão óbvia do cerceamento de garantias individuais, levou a um processo de maior abertura democrática na América Latina, com a saída paulatina do poder dos ditadores e governos militares e sua substituição por chefes de estado escolhidos pela população.

Essa movimentação obrigou os países latinos a reformularem seus textos constitucionais, o que gerou um desenvolvimento neoconstitucional bastante próprio na teoria constitucional, em um processo de alargamento do alcance constitucional e previsão de uma série de garantias com viés intercultural e menos homogeneizante e pasteurizado.

A redemocratização da América Latina passou pelo reconhecimento das questões locais em detrimento daquilo que era imposto pela colonização. Ou seja, os documentos constitucionais passaram a reconhecer as culturas históricas locais, desde sempre marginalizadas e relegadas ao estado de sub-identidade, bem como a miscigenação foi abraçada como característica latino-americana.

Com isso, os últimos trinta anos, que coincidem com a marcha da redemocratização, foram de revolução cultural local, como tentativa de resistência à imposição cultural eurocêntrica e estadunidense. Movimentos esses que colocam a América Latina como a “comunidade que vem”, que Agamben menciona na obra homônima (*A Comunidade Que Vem*, de 1990). Essa comunidade que vem, vem reforçada de pluralismos, bem como de interculturalidade e reconhecimento das diferenças, porém, ainda sofre com políticas de equalização forçada.

Essa comunidade que vem, traz consigo, obrigatoriamente, uma forma de se relacionar com a natureza que supera o ambiente como espaço de mero extrativismo e exploração capitalista, isso porque, a América Latina é Natureza!

Especialmente na porção sul do continente americano, as riquezas naturais são (ainda que estejam em franca diminuição) abundantes, o que coloca esse pedaço do planeta como local de importância estratégica para a viabilidade de manutenção da vida na Terra, seja essa vida humana ou não-humana.

Alguns dados sobre a América Latina, dão conta que, somente no território brasileiro, há 12% de toda as reservas de água doce do mundo, principalmente no chamado Aquífero Guarani, segundo a Agência Nacional de Águas². Na lista dos países com maiores

² Dados de 2019, dão conta que 0,5% da água do planeta estão disponíveis para consumo imediato. Deste



recursos de águas potáveis renováveis, somente a América do Sul possui 4 estados entre os quinze primeiros, segundo o World Atlas³.

Além de grande repositório da água potável do planeta, é na América Latina que estão as maiores extensões de florestas tropicais. É na América Latina, na parte Sul, que se encontra a maior floresta tropical do mundo, que é a Floresta Amazônica, abrangendo nove países latino-americanos e com a maior diversidade do planeta⁴. Todavia, além da Floresta Amazônica, há ainda florestas tropicais no Chile, como a Selva Valdiviana, bem como as florestas nubladas no Equador e na Costa Rica⁵.

Esses dados são suficientes para demonstrar a riqueza natural da América Latina, porém, além dos recursos naturais, há ainda os recursos culturais, já que são identificadas 826 nações indígenas no território latino-americano, com uma estimativa de 45 milhões de indivíduos entre essas nacionalidades originárias, ou seja, 8,3% de toda a população latino-americana é de origem indígena, segundo dados da CEPAL⁶, número que não comporta os frutos de miscigenação – uma das principais marcas do continente americano.

Essas características biofísicas e culturais da América Latina são o que permitem colocá-la como a “comunidade que vem” agambeniana, citada anteriormente. Ou seja, o pedaço latino-americano do planeta possui todas as possibilidades para assumir um protagonismo mundial quando a situação ambiental, já crítica, se maximizar – pensando em uma realidade que não oferece razões para um prognóstico otimista. Além disso, a mestiçagem local, aliada à existência cultural múltipla, estabelece a possibilidade de que as práticas interculturais, comuns no Sul do mundo, mas pouco implementadas em outros

contingente, 12% se encontram em território brasileiro. BRASIL. Agência Nacional de Águas. Brasil tem cerca de 12% das reservas mundiais de água doce do planeta. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/brasil-tem-cerca-de-12-das-reservas-mundiais-de-a.2019-03-15.1088913117>. Acesso em: 21 jan. 2024.

3 WORLD ATLAS. Which country has the most fresh water? 2018, n.p. Disponível em: <https://www.worldatlas.com/articles/countries-with-the-most-freshwater-resources.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

4 WWF. Why is the Amazon rainforest important? 2019. Disponível em: http://wwf.panda.org/knowledge_hub/where_we_work/amazon/about_the_amazon/why_amazon_important/. Acesso em: 21 jan. 2024.

5 CORREIO BRASILIENSE. Majestades Verdes: conheça as 10 maiores florestas do mundo. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/turismo/2018/03/17/interna_turismo,666351/majestades-verdes-conheca-as-10-maiores-florestas-do-mundo.shtml. Acesso em: 21 jan. 2024

6 AGÊNCIA BRASIL. Relatório da ONU aponta aumento do número de indígenas na América Latina. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-09/relatorio-da-onu-aponta-aumenta-do-numero-de-indigenas-na-america>. Acesso em: 21 jan. 2024.



loais – notadamente a Europa apresenta restrição à miscigenação –, sirvam de exemplo de como é possível manter uma unidade institucional, mesmo em um ambiente de pluralidade cultural.

Após mais de 300 anos como colônia política, a América Latina passou uma onda de independências, entre 1820 e o início do Século XX, não suficiente, porém, para retirar o caráter de colônia econômica, isso porque a América Latina continuou servindo como estoque mundial de produção de bens primários, as chamadas *commodities*.

Além disso, a América Latina seguiu sendo colônia europeia, estadunidense ou, mais recentemente, chinesa, do ponto de vista filosófico, já que o modo de pensar latino-americano era – em grande medida ainda é – povoado pela produção de conhecimento de cima pra baixo.

Nesse cenário, alguns movimentos pontuais, de forma deslocalizada, começam a enfrentar a noção de centralidade estanque que o Estado Moderno impõe, promovendo uma série de atualizações democrático-institucionais nas Constituições, com vistas à alcançar estratos da sociedade, principalmente os povos originários, como forma de integração e tentativa de criação de um pensamento próprio latino-americano e que observe as peculiaridades locais.

Entre as peculiaridades locais, as quais necessitam de observação da institucionalidade estatal, estão os povos originários, muitos dos quais ainda em completo isolamento, que possuem modo de ver a vida – cosmovisão – desligada das modalidades modernas de ver o mundo. Ou seja, a imposição de uma unidade artificial, a partir do Estado, castra as personalidades desses povos, vinculados muito mais com noções comunitárias do que com o homem liberal-individual da modernidade eurocêntrica.

Esses processos locais de construção de uma ética do ser no mundo é o que será abordado nos próximos dois capítulos do presente artigo, discutindo o papel da Natureza, enquanto Mãe-Terra, na formação da cosmovisão dos povos originários da América Latina e como essa relação influencia, e deve influenciar, a reposição do Estado enquanto promotor de um novo projeto de institucionalidade, não mais “importado”, mas autoconstruído, na lógica local da sociedade latino-americana.



3. A NECESSIDADE DE UMA RELAÇÃO ÉTICA COM O AMBIENTE COMO CAMINHO AO ECOCENTRISMO

É cristalino que o modelo capitalista de produção se expandiu a ponto de colonizar os modos de vida dos indivíduos. Seja o modelo de bem-estar, vinculado ao Welfare State, ou o *american way of life*, a realidade é que o principal paradigma de ser-no-mundo é o da acumulação capitalista e do consumo como padrão felicitante. Esse tipo de referencial foi o responsável por apreender a Natureza sob os desejos da Humanidade, como uma espécie de instrumento, o que levou ao afastamento entre homens e natureza, como se o indivíduo tivesse dominado toda a vida natural, a ponto de poder usá-la sem qualquer embargo.

Por cerca de trinta anos, pós-Segunda Guerra, a América Latina vivenciou a instrumentalização de práticas políticas vinculadas ao padrão moderno-eurocêntrico de construção da institucionalidade estatal, ligadas ao ideário liberal-capitalista, seja por governos democráticos ou pelo uso de ditaduras militares. Porém, onde não se sentiram diferenças foi na construção de governos locais, mais ou menos, ligados ao modelo de acumulação e ao estímulo ao crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento social.

Desde os anos 1980, todavia, é possível sentir, com variados graus de força, uma resistência local ao discurso neocolonial, vinculado ao crescimento econômico como paradigma de desenvolvimento. O principal estrato que tem oferecido resistência ao chamado desenvolvimentismo – neodesenvolvimentismo – são os povos originários da América Latina, mais profundamente afetados com as práticas de exploração da natureza, já que o extrativismo segue sendo a política pública de garantia da acumulação capitalista.

Essa resistência dos povos nativos, mais sentida em países com uma população indígena mais abrangente, como Bolívia, Guatemala, Peru e Equador, passa pela tentativa de reforçar suas práticas e costumes comunitários, de forma contra-hegemônica, restabelecendo, aos poucos, a força das nações indígenas como centro de emissão de sentido e pertencimento aos habitantes da *Abya Yala*⁷.

7 Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento, na língua Kuna, povo que habita uma parte norte da Colômbia e a costa caribenha no Panamá. É usado como sinônimo para a América, principalmente como resistência comunitária ao colonialismo.



Enquanto o modelo neocolonial se baseia no extrativismo como única prática estatal de desenvolvimento, ou seja, é preciso definir nichos produtivistas de vantagem competitiva e explorá-los, a despeito da natureza – para ser cientificamente ético, há tentativas de coadunar desenvolvimentismo com sustentabilidade, porém, se verá adiante, ainda sob a lógica liberal-capitalista –, o modo de ser-no-mundo dos povos originários se afasta dessa lógica, isso porque a condição para existir dos indígenas tem relação direta e intrínseca com a Natureza, com a *Pacha Mama*, a Mãe-Terra.

Isso significa dizer que, ao indígena, a Natureza não é apenas um depósito de recursos naturais, que pode ser instrumentalizada e serve de campo de extração de riquezas, senão o próprio local de vivência e referencial de sua identidade. Identidade essa que coaduna uma individualidade com a comunidade, diferente do sujeito pós-moderno, visto no primeiro capítulo, o indígena não é um indivíduo em que a comunidade oferece um dos modais de formação da identidade, ele é indivíduo NA comunidade e A PARTIR da comunidade.

O que se tem, portanto, é um choque de visões de mundo. De um lado, há o sujeito liberal-individualista, fruto do Iluminismo, que, na pós-modernidade, é mais acentuadamente atomizado, enquanto, do outro lado, há um sujeito vinculado à comunidade, ao local, com uma vinculação forte com a noção de Natureza, já que se observa no mundo desde sua ligação com a Mãe-Terra. O que se quer dizer, então, é que os povos originários possuem uma cosmovisão particular, uma forma de ser-no-mundo relacionada com a Natureza, algo que o liberal-individualismo se desligou.

A despeito das inúmeras diferenças culturais entre os diferentes povos originários latino-americanos, a estreita ligação com a Natureza é algo comum entre eles. Segundo Fernando Mamani, político boliviano e pesquisador da Universidade de San Andrés, nacional do povo Aymara, “existem muitas nações e culturas na Abya Yala, cada uma delas com suas próprias identidades, porém com uma essência comum: o paradigma comunitário baseado na vida em harmonia e o equilíbrio com o entorno”⁸.

Essa relação, umbilicalmente ligada, entre os povos originários e a natureza é o que representa a o principal afastamento dos mesmos com políticas degradantes do ambiente, ou que enxerguem a sua Mãe-Terra como mero depósito de recursos. Portanto,

8 Traduziu-se. MAMANI, Fernando Huanacuni. Buen Vivir/Vivir Bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Lima, Peru: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2010, p. 15.



a cosmovisão indígena é o alicerce do movimento de resistência sentido na América Latina há, pelo menos, 30 anos. Todas as lutas por uma descolonização latino-americana passam por reforçar essa cosmovisão comunitária e contra-hegemônica.

Cosmovisões, ou seja, o ser-no-mundo, ou, ainda ontologias, segundo o pesquisador uruguaio Eduardo Gudynas, “se alude a questões como as concepções sobre nós mesmos como pessoas, a forma sob a qual interagimos com tudo que nos rodeia, os marcos éticos e os valores que se outorgam e as concepções do devir histórico”⁹.

Essa noção de cosmovisão não-ocidental dos indígenas serve como base conceitual para toda uma série de propostas de reformas institucionais na América Latina, com vezes a primeiro, proporcionar uma existência mais aproximada e ética com a Natureza e, segundo superar o monismo institucional estatal, vinculado ao desenvolvimentismo cego.

Gudynas define ontologia, portanto, como:

A forma sob a qual se entende e interpreta o mundo, que se baseia em uma série de pressupostos sobre o que existe ou não, suas relações, etc. Uma ontologia, ainda que não seja uma predeterminação, se constrói a partir das práticas e interações tanto com os humanos como com o entorno não-humano¹⁰.

Partindo da (cosmo)visão indígena, de que a completude do homem se coloca somente quando em contato com a natureza, é necessário superar a noção antropocêntrica que o Iluminismo trouxe à tona, no intuito de (per)seguir uma sociabilidade que permita uma existência da humanidade de maneira duradoura e que supere a compreensão de que a Natureza está colocada como ferramenta a ser usada e gerida pelo humano.

Como assevera o equatoriano Alberto Acosta¹¹, “o centro das atenções não deve ser apenas o ser humano, mas o ser humano vivendo em comunidade e em harmonia com a natureza”. Ou seja, é preciso superar o esquema antropocêntrico de organização produtiva, responsáveis pela iminente destruição do planeta.

Acosta enfatiza que “urge superar o divórcio entre Natureza e o ser humano [ou seja,] é imprescindível construir modos de vida que não sejam regidos pela acumulação de

9 Traduziu-se. GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. Revista América Latina en Movimiento. N. 462, 2014, p. 10. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/active/48052>. Acesso em: 30 jan. 2024

10 Traduziu-se. Op. Cit, p. 10.

11 ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016, p. 27.



capital”¹². Somente com a remoção de cizânia entre homem e natureza é que se torna possível construir pontes de sentido capazes de conduzirem a humanidade a um caminho ecologicamente equilibrado.

Entre os conhecimentos e práticas ancestrais dos povos ameríndios, que servem de base para os movimentos de resistência descolonial latino-americanos, se destaca a noção de Bem Viver, termo melhor pensado para tradução ao português de uma práxis encontrada em várias nações indígenas presentes no continente americano, bem como em povos originários de demais continentes. Nesse sentido, a noção de Bem Viver aglutina uma concepção de visões de mundo de vários grupos étnicos, que se baseiam, justamente, numa superação do modal único de enxergar o mundo com o ser humano no centro. Melhor dizendo, busca suplantir a idealização de que a humanidade é senhora do planeta e realoca a Natureza, biológica e filosoficamente, como a real centralidade da vida humana e não-humana.

O Bem Viver, enquanto ontologia, é observado em várias coletividades ameríndias, tratado sob diferentes matrizes e chamado de diversos meios, porém, todos vistos abaixo de uma correlação necessária entre humanos e natureza. Mais do que isso, as comunidades indígenas pensam sua vida NA natureza, e é essa visão que coloca o Bem Viver como um modelo de possível processo de civilidade pensado a partir do continente latino-americano.

Na Bolívia, as nações Aymaras têm a noção de *suma qamaña*, que a melhor tradução para o espanhol local seria de *vida em plenitud*, porém, se convencionou chamar de *vivir bien*.

O *Vivir Bien* está em desacordo com o luxo, a opulência e o desperdício; está em desacordo com o consumismo. Não trabalhar, mentir, roubar, dominar e explorar o próximo e atentar contra a natureza, possivelmente nos permita *vivir mejor*, pero isso não é *Vivir Bien*, não é uma vida harmônica entre homem natureza. Em nossas comunidades, não queremos que ninguém *viva melhor*, pois isso é aceitar que alguns são melhores em troca de que outros, as maiorias, vivam mal. Ser melhor e ver que os outros estão piores não é *Vivir Bien*. Queremos que todos possamos viver bem, queremos alcançar relações harmônicas entre todos os povos¹³.

12 Op. Cit., p. 28.

13 Traduziu-se. MAMANI, Fernando Huanacuni. Buen Vivir/Vivir Bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Lima, Peru: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2010, p. 22.



A construção do conceito do *suma qamaña* Aymara se relaciona com um ideal comunitário, de harmonia entre os indivíduos entre si, mas, principalmente, dos indivíduos com a Mãe-Terra. Não pensar somente no homem, mas também na natureza e na diversidade.

Já os povos Quechua, presentes, principalmente, no Equador, usam o termo *sumak kawsay*, para definir a *vida em plenitude*. Nas palavras de Alberto Acosta:

O *sumak kawsay* das tradições indígenas se distancia de conceitos ocidentais que concebem o surgimento da vida política a partir de uma ruptura inicial ou da separação ontológica em relação à Natureza. Dito de outra maneira, o Bem Viver não concorda com o princípio da desnaturalização das realidades humanas como base do ordenamento político (...) a mudança de paradigma capitalista ao do *sumak kawsay* ou *Buen Vivir* como alternativa ao desenvolvimento ainda não tem pontes, pautas ou processos que permitam a transição de um a outro. Ademais, os processos de mudança não são de curto prazo, mas de tempos e espaços longos (anos, décadas ou séculos)¹⁴.

A nação Mapuche, que habita o território chileno, entende a existência de uma articulação entre os elementos que compõem o mundo: o indivíduo, a cultura e a terra. “Convivemos em mútua reciprocidade, em uma articulação geradora de forças capazes de permitir a vida na natureza, vida não só terrena, mas conectada com espíritos sobrenaturais que podem ou não ajudar o homem, com o desempenho de suas atividades diárias”¹⁵.

Na Argentina, há uma noção de reciprocidade entre homem e natureza na cosmovisão do povo Kolla, para a qual as culturas autóctones cresceram com a natureza e não contra ela. “A sociedade global pode aproveitar estes conhecimentos para redirecionar a desastrosa relação com o meio ambiente, para recuperar a harmonia com a árvore genealógica. ‘O homem é uma terra que anda’, diz um provérbio Kolla”¹⁶.

Ainda na América do Sul, entre os povos indígenas presentes no território da Colômbia, ecoa a frase *volver a la Maloka*, mantra da relação entre cultura local e as novas tecnologias. “Voltar à maloca é buscar e resgatar os ensinamentos que equilibram a qualidade, a simplicidade, marca da existência saudável dos antepassados; isto é,

14 ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016, p. 77.

15 Traduziu-se. MAMANI, Fernando Huanacuni. Buen Vivir/Vivir Bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Lima, Peru: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2010, p. 25.

16 Op. Cit., p. 29.



aproveitar o que o mundo ocidental oferece sem abandonar seus próprios valores e práticas sociais e culturais”¹⁷.

Além das descrições acima, há diversos outros espaços culturais onde se encontram um referencial do Bem Viver, como no caso do *nhandereko*¹⁸, dos Guaraní Mbya, além do *Ubuntu*¹⁹, do povo Zulu, presente no Sul da África. Isso demonstra a possibilidade global da proposta do Bem Viver, desde que observada e implementada como meio de descolonização, bem como alternativa ao culto do desenvolvimento econômico como resposta única.

Esse resgate cultural demonstra um liame entre a cosmovisão originária ameríndia, vinculada ao modo de ser-no-mundo dessas diferentes nacionalidades, que, a despeito das particularidades e pluralidades entre si, guardam a semelhança e comungam de uma singular maneira de relacionar-se com a natureza.

Para (re)pensar a América Latina é preciso conceber que a noção de meio ambiente e de natureza dos diversos povos presentes na *Abya Yala* possuem uma vivência intrínseca com a natureza, a sua Mãe-Terra. Ou seja, para essas populações, a própria ideia de pertencimento depende da *Pacha Mama*, inexistente a separação entre homem e natureza, tão comum ao liberalismo-individualista Moderno eurocêntrico.

Nesse sentido, pensar em Bem Viver é pensar em viver bem, viver em harmonia com o outro e, principalmente, viver em estreita ligação com a natureza. Isso porque, o homem só existe na natureza e não sobre ela. Daí que os autores que se debruçam a analisar a América Latina demonstram a necessidade da construção de teorias locais sobre a realidade latino-americana. O que não significa negar o legado filosófico europeu, mas, sim, construir uma filosofia, uma política e um direito que sejam, primeiramente, vinculados com a situação do aqui e agora da América Latina.

17 Op. Cit., p. 29.

18 Na cultura Guaraní Mbya, o *nhandereko* a noção de ser dos indivíduos em comunidade, algo como “nosso modo de viver”. Na página online da Comissão Guaraní Yvyrupa, “*Nhandereko* é como nós, Guaraní Mbya, chamamos o que o jurua chama de cultura. Mas *nhandereko* para nós é mais do que isso. É todo o nosso modo de ser, o nosso modo de viver, o jeito como nós educamos nossos filhos e nossas filhas, como enxergamos o mundo, como nos relacionamos com a nossa espiritualidade. Disponível em: <http://videos.yvyrupa.org.br/nhandereko-nosso-modo-de-viver/>. Acesso em: 12 nov. 2019.

19 Filosofia presente nos diversos povos da nação Zulu, no Sul da África, especialmente na África do Sul, foi um dos movimentos inspiradores de Nelson Mandela, em sua luta contra o apartheid. O *Ubuntu* é definido como “uma maneira afroperspectivista de resistência e configuração dos valores humanos em prol de uma comunidade que seja capaz de compartilhar a existência [...] uma maneira de viver, uma possibilidade de existir junto com outras pessoas de forma não egoísta, uma existência comunitária antirracista e policêntrica” (Nogueira, 2011, p. 147).



As teorias sobre o Bem Viver são tentativas, justamente, de apresentar uma possibilidade, entre tantas outras possíveis – por isso se fala tanto em complexidade, que é a existência de mais possibilidades do que se pode realizar²⁰ –, de alternativa, ecologicamente equilibrada, ao culto do desenvolvimento (desenvolvimentismo), visto como modelo único de “salvação” da América Latina.

O desenvolvimento, sempre no viés econômico, é visualizado como caminho para demover a América Latina do seu estado de atraso tecnológico, social, político em relação aos países considerados desenvolvidos. Ou seja, é preciso desenvolver o continente latino-americano a qualquer custo, e o único jeito de conseguir essa façanha é repetir e emular aqui o modo europeu/estadunidense de acumulação de capital e livre-mercado.

Os modelos constitucionais mais recentes, de Equador e Bolívia, foram tentativas de institucionalizar o ideal do Bem Viver como política de Estado. Essa política passa por reforçar os espaços locais de tomada de decisão, por uma produção preocupada com a comunidade, pela (con)vivência comunitária e campesina, uma forma de se relacionar com o outro como um igual em potencialidades e não como um servo ou alguém que somente serve para que se tome vantagem.

O projeto ameríndio de Bem Viver demanda, obrigatoriamente, que sejam revistas práticas atentatórias ao meio ambiente e, por consequência, atentatórias ao próximo, o que sobrepõe com que as práticas individuais não sejam atentatórias ao próprio interlocutor, porque, ainda que todo indivíduo tenha sua particularidade, o homem existe para estar em sociedade, em comunidade, em última instância, a humanidade somente “venceu” e dominou o mundo por conta de sua capacidade de cooperação flexível em larga escala, o que nenhum outro animal consegue fazer.

Para implementar um modo de vida preocupado com o homem e com a natureza, sem relação com a exploração capitalista do próximo, há necessidade de implementar um ordenamento social que se funde tanto na vigência dos Direitos Humanos, mas também, nos Direitos da Natureza – pensar a natureza como sujeito de direitos.

20 LUHMANN, Niklas. Sociologia do direito I. Tradução: Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983, p. 45.



“Apenas colocar o Bem Viver na Constituição não será o suficiente para superar um sistema que é, em essência, a civilização da desigualdade e da devastação”²¹.

O capítulo seguinte, como fechamento, se aprofunda ainda mais na noção de Bem Viver, comum às cosmovisões indígenas dos povos originários latino-americanos, propondo que esse caminho, em direção ao ecocentrismo como lógica da sociabilidade, pode oferecer o novo passo da humanidade, possibilitando a superação do extrativismo e do crescimento econômico desmedido, seguindo na direção da ética ambiental.

4. COSMOVISÃO INDÍGENA, *PACHA MAMA*, BEM VIVER E ECOCENTRISMO

O Bem Viver, em sua essência, é um projeto em oposição ao conceito de bem-estar, comum ao pensamento eurocêntrico, e pregado pelos países vinculados a keynesianismo e ao Estado de Bem-Estar Social (o *Welfare State*). O modelo de bem-estar eurocêntrico, baseado na ideia de distribuição de renda e garantia de um mínimo existencial à população falhou como política pública, em razão das amarradas econômicas do capitalismo.

O que se viu, como regra, onde se aplicou – e ainda se aplica – um Estado de Bem-estar Social, como é o caso da maioria dos países latino-americanos, é o crescimento das desigualdades sociais e criação de uma massa de dependentes dos governos, que parecem mais preocupados em conseguir manter o maior número de pessoas com o mínimo possível.

Como se não bastasse o fato de a maioria dos seres humanos não terem alcançado o bem-estar material, estão sendo afetadas sua segurança, liberdade e identidade. Se durante a Idade Média a maioria da população estava estruturalmente marginalizada do progresso, hoje tampouco participa de seus supostos benefícios: está excluída ou recebe apenas algumas migalhas²².

Porém, da mesma forma que o Bem Viver questiona o bem-estar eurocêntrico, ele se opõe ao *american way of life*, ou seja, conceito de Viver-Melhor do liberalismo de mercado. O viver-melhor supõe que o progresso é ilimitado e cria um espaço de competição entre todos, como se houvesse espaço perene para sem viver melhor e melhor. Porém,

21 ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016, p. 25.

22 Op. Cit., p. 35.



para que alguns possam viver melhor, milhões precisam viver mal, chegando, com isso, à contradição capitalista²³.

Na visão do bem viver, a preocupação central não é acumular. Estar em permanente harmonia com todos nos convida a não consumir mais do que o ecossistema pode suportar, a evitar a produção de resíduos que não podemos absorver com segurança. E nos incita a reutilizar e reciclar todo que tenhamos usado. Nesta época de busca de novos caminhos para a humanidade, a ideia do bem viver tem muito para nos ensinar²⁴.

A noção de bem viver aponta para uma ética sobre o que é suficiente para a comunidade e não apenas para o indivíduo. Nesse sentido, pensar o bem viver é superar o liberal-individualismo moderno e descolonizar o pensamento latino-americano.

O bem viver supõe uma visão holística e integradora do ser humano, imerso na grande comunidade terrena, que inclui, além do ser humano, ar, água, solos, montanhas, árvores e animais; é estar em profunda comunhão com a Mãe-Terra, com as energias do Universo e com²⁵.

É preciso deixar o viés de eterna competição entre os indivíduos, que o capitalismo de mercado impõe como regra, e construir pontes de coesão e equilíbrio a partir da comunidade. “Bem viver significa complementar-nos e não competir, compartilhar e não nos aproveitarmos do vizinho, viver em harmonia entre as pessoas e a natureza”²⁶. Isso significa dizer, que sob o ideário do bem viver, a comunidade é mais importante do que a pessoa individual.

Superar o individualismo é superar o modelo de desenvolvimento pelo desenvolvimento, em outras palavras, superar a crença do mercado como único lócus democrático, em que há igualdade de forças entre todos os sujeitos, desde que observados de forma individual. É preciso desligar-se da figura do ser humano como senhor da natureza, para, ao contrário, religar a humanidade com a *Pachamama*.

²³ MAMANI, Fernando Huanacuni. Buen Vivir/Vivir Bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Lima, Peru: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2010, p. 33.

²⁴ Traduziu-se. Op. Cit., p. 33.

²⁵ Traduziu-se. BOFF, Leonardo. Vivir mejor o “el buen vivir”? 2009, p. 01. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/active/29839>. Acesso em: 30 jan. 2024

²⁶ Traduziu-se. CÉSPEDES, David Choquehuanca. Bolívia: hacia la reconstrucción del Vivir Bien. 2011, p. 01. Disponível em: <https://www.servindi.org/actualidad/41823>. Acesso em: 30 mar. 2023.



Nas palavras do ex-Ministro das Relações Internacionais boliviano e Secretário-geral da ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, David Choquehuanca:

Bem Viver é recuperar a vivência de nossos povos, recuperar a Cultura da Vida e recuperar nossa vida em completa harmonia e respeito mútuo com a mãe natureza, com a Mãe-Terra, onde tudo é vida, onde todos somos *uywas*, criados da natureza e do cosmos, onde todos somos parte da natureza e não há nada separada, onde o vento, as estrelas, as plantas, a pedra, o orvalho, as colinas, as aves, o puma são nossos irmãos, onde a terra é vida em si mesma e lar de todos os seres vivos (Céspedes, 2011, p. 4)²⁷.

O projeto do Bem Viver é um projeto ecocêntrico, ou seja, retira o homem – o indivíduo – do centro da sociabilidade, desfazendo o antropocentrismo iluminista, e deposita a Natureza – a Mãe-Terra (*Pachamama*, em espanhol) como centralidade social. Com isso, não se garante, somente, um meio-ambiente ecologicamente equilibrado, mas a continuidade da vida humana. Em última escala, toda tentativa de garantir direitos da natureza, busca garantir, também, os direitos humanos.

O que o Bem Viver propõe é a descoberta para alguns, e retomada, para outros, da intrínseca relação entre homem e natureza, ao contrário da situação de subjugação da natureza, própria da Modernidade. “Tal descoberta implica, necessariamente, que a vida humana na Terra não pode ser defendida sem defender, ao mesmo tempo, no mesmo movimento, as condições da própria vida nesta Terra”²⁸ (Quijano, 2012, p. 53).

A despeito de parecer ser um movimento desconexo, fruto de inúmeras cosmovisões indígenas sem contato entre si, como já demonstrado, é possível traçar algumas características sobre o conceito ameríndio de Bem Viver. Nas palavras do filósofo suíço Josef Estermann, os aspectos essenciais da noção de Bem Viver são os seguintes:

Descreve um processo contínuo e não um estado que se alcançará um dia; O conceito de “vida”, no contexto andino, inclui o todo e supera em muito o puramente biológico; O Bem Viver está baseado na razão fundamental das categorias da sabedoria e filosofia andinas; Qualquer “melhora” ou “deterioração” de uma situação, de um ser vivo, de uma transação, de qualquer ato ou qualidade de vida tem consequências para os aspectos correspondentes de outras entidades e

²⁷ Traduziu-se. CÉSPEDES, David Choquehuanca. Bolívia: hacia la reconstrucción del Vivir Bien. 2011, p. 04. Disponível em: <https://www.servindi.org/actualidad/41823>. Acesso em: 30 mar. 2023.

²⁸ Traduziu-se. QUIJANO, Aníbal. “Bien Vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. Viento Sur. n. 122; maio 2012, p. 53.



“lugares”; Bem Viver não é antropocêntrico ou androcêntrico, mas, como um todo, inclui o que se considera fora da natureza humana; O Bem Viver dos Andes é baseado no ideal de equilíbrio cósmico ou harmonia universal; Bem Viver, no sentido andino, não implica uma relação comparativa ou superlativa; Bem Viver não é o resultado da ideologia do progresso ou do crescimento econômico; O Bem Viver andino atinge as dimensões cósmica, ecológica, religiosa, espiritual, social, econômica e política²⁹.

Falar em Bem Viver não permite a simples retórica, demanda, obrigatoriamente, o plano prático, revolucionário, de quebra com o caminho único que a ideologia do progresso e do desenvolvimento econômico impõe. Os povos originários da América Latina não visualizam a acumulação do capital como objetivo da humanidade enquanto espécie. No modo de ser-no-mundo ameríndio, a preocupação maior é com a comunidade mantém o papel que outrora detinha na sociabilidade moderna, mas que foi substituída, aos poucos, pelo conceito de rede.

A relação com o outro, com o próximo deve ser de estreiteza, assim como a relação com a natureza é essencial para a existência do indivíduo. Sobre isso, significa dizer que o Bem Viver, como ecosofia (filosofia ecológica), trata de reocupar o imaginário humano com a figura – ontológica, sociológica e economicamente falando – da natureza (a Mãe-Terra). A Terra – “como sistema vivente – nos *excede*, nos *precede* e nos *contém* absolutamente [...] o humano não pode ser separado da Natureza: não pode ser pensado ou concebido como algo *exterior, alheio ou contraposto* à Natureza”³⁰ (Aráoz, 2016, p. 466).

Sendo um movimento que não subsiste somente no plano teórico, o Bem Viver demanda atuação no âmbito prático. Eduardo Gudynas esquematizou três planos para abordar a construção desse conceito de Bem Viver. O plano das ideias, o plano dos discursos e o plano das práticas.

No primeiro, há questionamentos radicais sobre a base conceitual do desenvolvimento, especialmente seu apego à ideologia do progresso. O segundo plano se refere aos discursos e as legitimações dessas ideias. O Bem Viver se aparta dos discursos que celebram o crescimento econômico ou o consumo material como indicadores de bem-estar, nem elogia a obsessão pela lucratividade ou pelo consumo. No terceiro campo se encontram as ações concretas, tais como projetos

²⁹ Traduziu-se. ESTERMANN, JOSEF. Ecosofía andina: un paradigma alternativo de convivencia cósmica y de Vivir Bien. Revista de Filosofía Afro-Indo-Americana – FAIA. Vol. 2. N. 9-10. 2013, p. 11. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/366916>. Acesso em: 30 jan. 2024.

³⁰ ARÁOZ, Horacio Machado. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: A Natureza americana e a ordem colonial. IN DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (ORG). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1.ed. São Paulo: Editora Elefante, 2016, p. 466.



políticos de mudança, os planos governamentais, os marcos normativos e formas de desenvolver alternativas ao desenvolvimento convencional³¹.

Fica claro, portanto, que “o Bem Viver, em sua formulação básica, enfatiza a relação harmônica e integral entre os seres humanos e a natureza”³². O que afasta seres humanos e natureza, para os autores (economistas, sociólogos, políticos, antropólogos, historiadores e juristas) do Bem Viver, é a exploração desenfreada dos recursos naturais, com as práticas (neo)extrativistas, institucionalizadas como políticas públicas em busca do desenvolvimento proposto pelo Consenso de Washington.

A natureza deve ser desmercantilizada e, assim, os humanos devem se reencontrar com sua *Pacha Mama*. Nas palavras de Alberto Acosta, “a economia deve submeter-se à ecologia, pois a Natureza estabelece os limites e alcances da sustentabilidade e a capacidade de renovação que possuem os sistemas”³³. De forma bastante resumida, destruir a natureza é destruir a própria economia, já que não há nada fora da Natureza.

Daí decorre a teoria sustentada, principalmente, por Acosta, mas também por Eduardo Gudynas, Anibal Quijano, Leonardo Boff, de que o Bem Viver, ou melhor dizendo, as práticas do Bem Viver ameríndio, se empregadas como um projeto global, se apresentam como alternativa ao desenvolvimento econômico infinito, já que este apresenta limites, os quais ficam cada vez mais claros, visto que o capitalismo vive de crises constantes.

Essa alternativa ao desenvolvimento e ao crescimento econômico como única alternativa de política possível, que o Bem Viver pode apresentar, é proposta a partir da cosmovisão indígena latino-americana, não como uma volta ao passado, por uma desindustrialização ou negação das tecnologias. “O *suma qamaña* não seria uma volta ao passado, mas a construção de um futuro que é diferente do que determina o desenvolvimento tradicional”³⁴.

³¹ Traduziu-se. GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. Revista América Latina en Movimiento. N. 462, 2014, p. 02. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/active/48052>. Acesso em: 30 jan. 2024.

³² LEÓN T, Magdalena. El ‘buen vivir’: objetivo y camino para otro modelo. IN LEÓN, Irene (COORD.). Sumak Kawsay/Buen Vivir y cambios civilizatorios. 2 Ed. Quito, 2010, p. 108.

³³ ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016, p. 121.

³⁴ Traduziu-se. GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. Revista América Latina en Movimiento. N. 462, 2014, p. 06. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/active/48052>. Acesso em: 30 jan. 2024.



Pensar o Bem Viver passa por uma retomada do sentimento de comunidade e, o principal ponto, pela natureza como principal sujeito de direitos.

Se queremos que a capacidade de absorção e resiliência da Terra não entre em colapso, devemos deixar de enxergar os recursos naturais como uma condição para o crescimento econômico ou como simples objeto das políticas de desenvolvimento. E, certamente, devemos aceitar que o ser humano se realiza em comunidade, com e em função de outros seres humanos, como parte integrante da Natureza, assumindo que os seres humanos somos Natureza, sem pretender dominá-la³⁵.

A humanidade faz parte da Natureza, e essa natureza possui limites biofísicos, portanto, acreditar no crescimento econômico infinito e no desenvolvimento sem limites é um devaneio, já que a economia possui limitações, quais sejam, aquelas impostas pela própria natureza. É preciso pensar fora das barreiras impostas pela ideologia do desenvolvimento, para construir o Bem Viver é preciso se despir de qualquer anseio pelo desenvolvimentismo e pelo progresso tradicional.

Novamente, quando se fala em remover desejos pelo desenvolvimentismo, não importa falar em algum tipo de guinada para o passado, em um negacionismo tecnológico, nada disso. Ainda que o Bem Viver seja um ideal construído a partir de conhecimentos e práticas históricas dos ameríndios, é necessário deixar os preconceitos de lado e entender que os indígenas não são pré-modernos ou atrasados, reconhecendo ser possível, com as devidas acomodações, aplicar suas práticas comunitárias locais em nível global, além de representarem uma alternativa viável ao culto do desenvolvimento. “O Bem Viver supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos”³⁶.

Segundo Alberto Acosta, a proposta do Bem Viver pode se colocar, a despeito dos inúmeros empecilhos possíveis, já que demandaria uma ressignificação dos espaços públicos e, também, da ação dos indivíduos dentro do espaço público. Esse tipo de demanda coloca um grau de utopia na implementação do Bem Viver como política, porém, é a partir das utopias que se implementam ações práticas. “Sempre é bom ter a visão utópica do futuro; ou seja, onde se quer chegar [...] cumpre o papel de horizonte. A tarefa é, então, construir uma visão utópica do futuro”³⁷.

³⁵ ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016, p. 104.

³⁶ Op. Cit., p. 24.

³⁷ Traduziu-se. FERNÁNDEZ, Blanca S.; PARDO, Liliana; SALAMANCA, Katherine. El *buen vivir* en Ecuador: marketing político o proyecto en disputa? Un diálogo con Alberto Acosta. Íconos. Revista de Ciencias Sociales. Quito. n. 48; janeiro 2014, p. 108.



Urge a necessidade de construir pensamentos alternativos para a política, a economia, o direito, assim, permitindo alternativas à institucionalidade estatal moderna. Como dito acima, o Bem Viver passa por repensar as ideias, os discursos e as práticas, porém, ainda que não seja um caminho metodologicamente hermético, o âmbito prático pressupõe ideias e discursos sofisticados, já que servirão de base para implementação real de um ideário.

O conceito de Bem Viver agrupa diversas manifestações, que guardam em comum o questionamento sobre o desenvolvimento contemporâneo e buscam apresentar mudanças possíveis e substanciais ao modelo de acumulação capitalista, buscando uma outra relação entre indivíduos e natureza, caminhando sob a égide dessa utopia possível.

O Bem Viver deve ser reconhecido como um conceito plural, onde alguns defendem o *sumak kawsay* e outros se identificam como biosocialista, por exemplo, e que se encontram tanto na crítica ao desenvolvimento atual, quanto na defesa de outra ética, no compromisso com certos atores sociais e a na busca de uma transformação que tem horizontes utópicos³⁸.

A América Latina, apesar da independência política, segue com uma forte influência colonizadora, relacionada sobretudo ao modelo econômico europeu e estadunidense. Esse modelo divide os países do mundo entre os desenvolvidos e os em desenvolvimento, ou seja, os membros do segundo grupo almejam o status dos primeiros, e, para atingir esse status, aplicam a cartilha que lhes é imposta pelos economistas e políticos vinculados ao desenvolvimentismo.

Seja pelo lado do (neo)liberalismo, com o chamado Consenso de Washington e as regras do Fundo Monetário Internacional, seja pelo lado da planificação econômica e a teoria de Keynes, direita e esquerda têm trilhado o mesmo caminho, apresentando maneiras diferentes de desenvolvimento, sempre atrelado ao crescimento econômico.

“Ao longo das últimas três décadas, quase todos os países considerados não desenvolvido têm tentado seguir esse caminho. Quantos conseguiram? Muito poucos, e isso se aceitarmos que o que conseguiram é realmente ‘desenvolvimento’”³⁹.

³⁸ Traduziu-se. GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. Revista América Latina en Movimiento. N. 462, 2014, p. 09. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/active/48052>. Acesso em: 30 jan. 2024.

³⁹ ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016, p. 48.



O Bem Viver se opõe ao capitalismo e se opõe ao socialismo real, se coloca como uma alternativa à disputa cega entre neoliberalismo e neokeynesianismo, portanto, o que se pretende é um “Estado facilitador com o objetivo de maximizar as capacidades da sociedade civil para criar valor social e para atuar como um sócio igual na formação e aplicação de políticas públicas para o bem comum”⁴⁰.

O grande salto epistemológico do conceito de Bem Viver é sua desconexão com propostas vinculadas somente com o antropocêntrico, preocupando-se, portanto, com a relação ética e de proximidade com a natureza, tão comum às práticas indígenas, o que, todavia, não transforma as mesmas em antiquadas, somente em diferentes.

René Ramírez Gallegos, economista equatoriano, que atuou como Secretário de Educação Superior, Ciência e Tecnologia e Inovação do Governo Equatoriano, entre 2011 e 2017, citado por Eduardo Gudynas, define o Bem Viver como um “bio-igualitarismo republicano”:

Expliquemos, resumidamente, sua ideia: é “bio” por reconhecer os direitos da Natureza, é “social-igualitário” porque defende as gerações futuras, amplia a democracia (por exemplo com a plurinacionalidade e a justiça socioeconômica), e é “republicano” por se apoiar em uma institucionalidade, requerendo tanto o concurso do Estado como também a responsabilidade dos cidadãos⁴¹.

Como já mencionado, há uma série de correntes (indigenismo, na América Latina, decrescimento, na Europa; Ubuntu, na África; o movimento pelos comuns e a produção colaborativa) que compartilham vários princípios, os quais podem ser colocados como parte do Bem Viver:

a colaboração em vez da concorrência que o capitalismo promove; a valorização da convivencialidade; a importância da autonomia, da autogestão e dos processos construídos localmente a partir de baixo; o respeito à diversidade e o valor central da deliberação; a democratização da economia e da tecnologia; a transformação da propriedade privada em propriedade social (que não é o mesmo que propriedade estatal) ou em comuns; a soberania alimentar; a solidariedade e a reciprocidade⁴².

⁴⁰ DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (ORG). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1.ed. São Paulo: Editora Elefante, 2016, p. 41.

⁴¹ Traduziu-se. GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. Revista América Latina en Movimiento. N. 462, 2014, p. 07. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/active/48052>. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁴² DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (ORG). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1.ed. São Paulo: Editora Elefante, 2016, p. 34.



O Bem Viver, portanto, como projeto global, busca ser um espaço propositivo de sobre como superar as desigualdades, a alienação humana, o consumocentrismo, a dominação do capital sobre a natureza e a exploração do homem pelo homem. Essas discussões não se subsumem à realidade latino-americana ou andina, mas dizem respeito ao planeta como um todo, já que a dicotomia “desenvolvidos x em desenvolvimento” atinge África, Ásia e, mesmo, o Leste Europeu.

Fica claro que essa dualidade entre “países ricos x países pobres” ou “países avançados x países atrasados” não faz sentido, já que o ideário do desenvolvimento, e a tentativa de reedição global dos modos de vida dos países considerados centrais, é irrepetível, pois extrapola todos os limites biofísicos impostos à economia. Porém, no afã de mascarar essa busca incessante pelo crescimento econômico, Alberto Acosta indica que foram inventados “sobrenomes ao desenvolvimento”, tentando diferenciar e identificar tipos diferentes de desenvolvimento, afastando o que incomoda: fala-se, então, em desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento humano. Porém, todos seguem a trilha desenvolvimentista.

As raízes do Bem Viver são comunitárias, vinculadas à cosmovisão indígena não-ocidental, portanto, rompe com o capitalismo e com os socialismos reais, ambos assentados em uma lógica antropocêntrica. É, assim, como alternativa ao desenvolvimentismo, uma proposta civilizatória que reconfigura um horizonte de superação do capitalismo, sem que isso signifique voltar ao passado. O Bem Viver deve ser compreendido como uma oportunidade de construir outra sociedade, sustentada na convivência cidadã em diversidade e harmonia com a Natureza, alicerçada nos conhecimentos dos diversos povos culturais no mundo⁴³.

O ponto basilar do Bem Viver como proposta global de alternativa ao crescimento econômico ilimitado como desenvolvimento está na reconfiguração da relação dos indivíduos com o território, ou seja, com a (Mãe)Terra, com a natureza em si. Isso assenta na necessidade de compreender que a lógica de dominação da natureza, presente nos modelos de acumulação capitalistas, não é sustentável, tampouco repetível em nível

⁴³ ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016, p. 76.



global, sobrelevando à crise atual, que tem reflexos econômicos, políticos, sociais e, principalmente, ambientais, já que política, econômica, direito, a sociedade em si, só existem na natureza.

Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento harmônico, desenvolvimento endógeno, todas essas variáveis progressistas, oferecidas como alternativas, seguem sendo construídas e pensadas nos parâmetros do desenvolvimentismo e seguindo a dialética de “países desenvolvidos/países em desenvolvimento”, o que significa que segue se falando em “viver melhor” e não em Bem Viver. Essa sistemática desenvolvimentista, baseada na acumulação capitalista e no consumismo exacerbado acaba por ameaçar a natureza e a subsistência do planeta como um todo.

Falar em Bem Viver passa por (re)imaginar a industrialização ilimitada, sob os auspícios de solucionar as mudanças climáticas que já chegam a um patamar de crise global. Isso passa por restaurar a figura da Mãe-Terra, considerando a natureza tão (ou mais) importante que os indivíduos.

Nesse contexto, instamos os países industrializados a reduzir a alavanca para o futuro, substituir os atuais modelos de energia e desenvolvimento e o crescimento econômico ilimitado, limitar o consumo irresponsável, o desperdício de recursos naturais e a geração de lixo que polui o planeta e danifica a Mãe-Terra⁴⁴.

Na esteira da crítica do desenvolvimento, Eduardo Gudynas ressaltar que se trata de um conceito já em crise, com claras implicações coloniais, sendo uma expressão da Modernidade. O Bem Viver é uma via possível para superar essas limitações, pois, “questiona duramente a ênfase convencional em entender o bem-estar somente com aumento econômico e propriedade material, ou que somente se pode resolver tudo pelo mercado”⁴⁵.

O alicerce do conceito de desenvolvimento possui gritantes bases antropocêntricas, fortemente utilitaristas, onde tudo é, mais ou menos, valorizado a partir de sua utilidade para os humanos. Portanto, antes de se apostar em desenvolvimentos alternativos (como cita Gudynas) – ou colocar sobrenomes no desenvolvimento, nas

⁴⁴ Traduziu-se. CÉSPEDES, David Choquehuanca. Bolívia: hacia la reconstrucción del Vivir Bien. 2011, p. 06. Disponível em: <https://www.servindi.org/actualidad/41823>. Acesso em: 30 mar. 2023.

⁴⁵ Traduziu-se. GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. Revista América Latina en Movimiento. N. 462, 2014, p. 02. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/active/48052>. Acesso em: 30 jan. 2024.



palavras de Acosta –, seria mais profícuo propor alternativas fora do desenvolvimento, edificar sólidas críticas ao mesmo, o que levaria ao questionamento das próprias ideias centrais da Modernidade, com vezes à sua superação.

A América Latina precisa se livrar das amarras neo-extrativistas e neocoloniais, vinculadas ao desenvolvimentismo e à ideologia do progresso perene e do crescimento econômico ilimitado, que leva à apropriação da Natureza pelo homem e sua mediação com bases puramente materiais.

Bem viver defende que se assegure “qualidade de vida”, em um sentido ampliado que transcende a dimensão material, individual e antropocêntrica em benefício de um certo bem-estar espiritual e comunitário que se estende a toda Natureza [...] Bem viver é orientado a transcender o dualismo que separa sociedade e Natureza, e também a romper com a concepção de uma história linear, segundo a qual nossos países devem repetir os estilos e a cultura das nações industrializadas⁴⁶.

Mais do que um novo predicado que qualifique o desenvolvimento, o Bem Viver é uma abertura cognitiva da sociedade para o seu futuro. É mais do que a superação de um paradigma enraizado no tecido social, como é o desenvolvimento e a ideologia do crescimento econômico, mas uma oportunidade de imaginar novas formas de sociabilidade, que ultrapassem o individualismo-liberal da Modernidade e retome a comunidade, mas não como uma volta ao passado e a negação dos avanços tecnológicos, mas, sim, como modo de reforçar que os usos dessas tecnologias sejam alcançados e garantidos a todos. O Bem Viver não é vinculado à necessidade de produzir mais alimentos, mas à obrigatoriedade de que a produção atual seja distribuída de forma equitativa, proporcionando que todos tenham acesso, por exemplo.

O Bem Viver é, sobretudo, um horizonte de sentido, um indicativo de que é possível transitar para outros modos de vida e formas civilizatórias que nos permitam sair da armadilha da modernidade e do desenvolvimento hegemônico, expressados, em sua forma mais radical, no capitalismo, embora não unicamente⁴⁷.

⁴⁶ ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016, p. 182.

⁴⁷ IBÁÑEZ, Mario Rodríguez. Ressignificando a cidade colonial e extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos. IN DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (ORG). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1.ed. São Paulo: Editora Elefante, 2016, p. 321.



O Bem Viver tem vínculos profundos com o indigenismo e a cosmovisão dos povos originários latino-americanos, porém, ultrapassa a barreira de um mero misticismo fugaz, não se compartimenta em um discurso anti-tecnológico ou em uma alegoria sobre tempos imemoriais. Em realidade, o Bem Viver é uma oportunidade para imaginar outros mundos, desde a relação entre indivíduos, até o Direito, porém, todos esses novos mundos passam pela religação do homem com a *Pachamama*.

Segundo Alberto Acosta⁴⁸, a implementação do Bem Viver demanda meditar sobre outra sociedade, outras práticas de convivência – bons conviveres –, sobre outra economia, firmada em alguns princípios fundacionais desta proposta pós-desenvolvimentista, “como a solidariedade e a sustentabilidade, além da reciprocidade, complementaridade, a responsabilidade, a integralidade, a suficiência, a diversidade cultural e a identidade, as equidades e a democracia”. Acosta é enfático e propositivo, como lhe é de costume, “requeremos outra economia para outra civilização”⁴⁹.

Isso significa que a sociedade do Bem Viver não é a sociedade contemporânea, em suma, não é possível aplicar uma ontologia como o Bem Viver na sociedade que temos, é preciso um salto revolucionário que transcenda os Andes, a América Latina, o Ocidente e atinja a (Mãe)Terra.

O Bem Viver nos desafia a repensar nossas maneiras de nos relacionar entre seres humanos e com a Natureza, de forma a favorecer uma vida que flua para todos e para todas, não somente para os seres humanos, mas também para outras formas de vida, com base em uma noção de redistribuição orientada à igualdade, equidade ou harmonia entre os diferentes⁵⁰.

Porém, para que esse projeto alcance um âmbito global, é preciso que o mesmo comece a ser aplicado em um espaço local, como forma de demonstração de sua capacidade renovador e vanguardista. Essa atuação local demanda uma atuação do Estado, não como imposição do Bem Viver, já que essa prática questiona toda forma de autoritarismo, mas como reforço da pluralidade presente na *Abya Yala*.

⁴⁸ ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016, p. 163/164.

⁴⁹ Op. Cit., p. 232.

⁵⁰ IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. Ressignificando a cidade colonial e extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos. IN DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (ORG). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1.ed. São Paulo: Editora Elefante, 2016, p. 321.



O Bem Viver, ao contrário, busca superar essas noções vinculadas ao antropocentrismo, partindo em direção às visões sociobiocêtricas, com todas as consequências políticas, econômicas e sociais desse processo, onde toda e qualquer cultura tem espaço e respeito sob esse ideário, já que a principal orientação é a de reunir homem e natureza, de forma sustentável e pós-extrativista, independente de nacionalidade e cultura⁵¹. E se há algum espaço onde é capaz esse acoplamento de sociedade e natureza, é a América Latina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica claro, pelo colocado acima, que os estados latino-americanos precisam empenhar-se na salvaguarda da possibilidade de afirmação de toda identidade plural presente em seu território, sem que haja uma normalização de apenas uma ou poucos padrões identitários, o que colocaria todos os demais na marginalidade – na anormalidade.

É necessário que as políticas públicas se voltem ao reforço das diferenças, não como forma de afastar os indivíduos, mas como meio de empoderar as comunidades plurais. É preciso reconhecer que o modelo do Estado-nação, fruto da Modernidade, já não se sustenta, isso porque esse paradigma determina uma unidade castradora das diferenças, que, ao invés de aproximar os sujeitos, marginaliza todo aquele que não se encaixa no padrão estabelecido como regra.

O papel do Estado não é mais centralizador, no reforço das diferenças, definindo uma identidade única oficial, mas, ao contrário, se espera do Estado que ele ceda ao sentimento, ilusório, de pertencimento à uma sociedade estanque e unitária, afirmando a lógica da comunidade, enquanto espaço orgânico de identificação, que se auto e reconstrói sempre.

É imperioso que as diferentes cosmovisões não sejam castradas pela institucionalidade estatal, mas, ao contrário, mas fortalecidas e ampliadas, inclusive como parte da lógica oficial. O que se denotou, durante o artigo, é que a proposta ecosófica do Bem Viver, própria dos povos originários ameríndios, serve como alternativa ao modelo de sociabilidade eurocêntrico. É preciso que o capitalismo extrativista de acumulação seja

⁵¹ ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016, p. 156.



suplantado, permitindo, com isso, o caminho em direção ao ecocentrismo como modelo e ao Bem Viver como ferramenta.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AGÊNCIA BRASIL. Relatório da ONU aponta aumento do número de indígenas na América Latina. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-09/relatorio-da-onu-aponta-aumenta-do-numero-de-indigenas-na-america>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ARÁOZ, Horacio Machado. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: A Natureza americana e a ordem colonial. IN DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (ORG). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1.ed. São Paulo: Editora Elefante, 2016, p. 444-468.

BOFF, Leonardo. Vivir mejor o “el buen vivir”? 2009. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/active/29839>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Brasil tem cerca de 12% das reservas mundiais de água doce do planeta. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/brasil-tem-cerca-de-12-das-reservas-mundiais-de-a.2019-03-15.1088913117>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CEPAL. Os povos indígenas na América Latina. Santiago: Nações Unidas, 2015. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

CÉSPEDES, David Choquehuanca. Bolívia: hacia la reconstrucción del Vivir Bien. 2011. Disponível em: <https://www.servindi.org/actualidad/41823>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CORREIO BRASILIENSE. Majestades Verdes: conheça as 10 maiores florestas do mundo. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/turismo/2018/03/17/interna_turismo,666351/majestades-verdes-conheca-as-10-maiores-florestas-do-mundo.shtml. Acesso em: 21 jan. 2024.

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (ORG). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1.ed. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ESTERMANN, JOSEF. Ecosofía andina: un paradigma alternativo de convivencia cósmica y de Vivir Bien. Revista de Filosofía Afro-Indo-Americana – FAIA. Vol. 2. N. 9-10. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/366916>. Acesso em: 30 jan. 2024.



FERNÁNDEZ, Blanca S.; PARDO, Liliana; SALAMANCA, Katherine. El buen vivir en Ecuador: marketing político o proyecto en disputa? Un diálogo con Alberto Acosta. Íconos. Revista de Ciencias Sociales. Quito. n. 48; janeiro 2014, p. 101-117.

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. Revista América Latina en Movimiento. N. 462, 2014. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/active/48052>. Acesso em: 30 jan. 2024.

IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. Ressignificando a cidade colonial e extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos. IN DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (ORG). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1.ed. São Paulo: Editora Elefante, 2016, p. 296-335.

LEÓN T, Magdalena. El 'buen vivir': objetivo y camino para otro modelo. IN LEÓN, Irene (COORD.). Sumak Kawsay/Buen Vivir y cambios civilizatorios. 2 Ed. Quito, 2010, p. 105-124.

LUHMANN, Niklas. Sociologia do direito I. Tradução: Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

MAMANI, Fernando Huanacuni. Buen Vivir/Vivir Bien: filosofia, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Lima, Peru: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2010.

NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. Revista da ABPN. v. 3, n. 6. nov. 2011 – fev. 2012, p. 147-150.

QUIJANO, Aníbal. "Bien Vivir": entre el "desarrollo" y la des/colonialidad del poder. Viento Sur. n. 122; maio 2012, p. 46-56.

WORLD ATLAS. Which country has the most fresh water? Disponível em: <https://www.worldatlas.com/articles/countries-with-the-most-freshwater-resources.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

WWF. Why is the Amazon rainforest important? Disponível em: http://wwf.panda.org/knowledge_hub/where_we_work/amazon/about_the_amazon/why_a_mazon_important/. Acesso em: 21 jan. 2024.